



<b>PROCESSO N°</b>	<b>:</b>	<b>215422/2017</b>
<b>PRINCIPAL</b>	<b>:</b>	<b>CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>:</b>	<b>MONITORAMENTO (RECURSO)</b>
<b>RELATOR</b>	<b>:</b>	<b>CONS. SUBST. JAQUELINE JACOBSEN MARQUES</b>

**Excelentíssimo Conselheiro Relator:**

Trata-se de Recurso Ordinário em face do Acórdão nº 514/2017-TP que julgou procedente a irregularidade diagnosticada neste processo de Monitoramento, em razão do descumprimento das determinações contidas no Termo de Ajustamento de Gestão nº 13/2016-LAI, homologado pelo Acórdão nº 239/2016-TP (processo nº 7.259-1/2016), o qual foi celebrado no dia 14-4-2016 entre o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e a Câmara Municipal de Juína, gestão do Sr. Sandro Cândido da Silva.

Corroborar-se com a equipe técnica que concluiu da seguinte forma:

*Após análise dos argumentos apresentados pelo Gestor nesta redefesa, conclui-se que, embora tenha sanada algumas irregularidades constatadas inicialmente, o mesmo atendeu parcialmente a Lei de Acesso a Informação, permanecendo as seguintes irregularidades:*

1) *NA01 DIVERSOS\_GRAVÍSSIMA. Descumprimento de determinações com prazo, exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares e/ou acórdãos (art. 262, parágrafo único da Resolução 14/2007 – RITCE).*

*1.1) Monitoramento TAG do Processo nº 72591/2016 - Não disponibilização no Portal Transparência das respostas às perguntas mais frequentes apresentadas pela sociedade - cumprimento parcial do item 3.1 inciso I do TAG nº 13/2016/LAI. – Tópico - 2.1. PORTAL TRANSPARÊNCIA.*

*1.5) Monitoramento TAG do Processo nº 72591/2016 - O Portal Transparência não disponibiliza documentação referente à fase interna de licitações – descumprimento do item 3.5 inciso I do TAG nº 13/2016/LAI. - Tópico - 2.10. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.*

*1.6) Monitoramento TAG do Processo nº 72591/2016 - O Portal Transparência não disponibiliza documentação referente à fase externa de licitações – descumprimento do item 3.5 inciso I do TAG nº 13/2016/LAI. - Tópico - 2.10. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.*





4) *NC10 DIVERSOS\_MODERADA. Descumprimento das disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 ;Resolução Normativa TCE nº 25/2012, atualizada pela Resolução Normativa TCE nº 14/2013).*

4.7) *Não disponibilização no Portal Transparência da relação atualizada e detalhada dos contratos administrativos e respectivos termos aditivos. - Tópico - 2.12. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.*

4.8) *Não disponibilização no Portal Transparência dos documentos referentes aos contratos administrativos. - Tópico - 2.12. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.*

4.9) *O Portal Transparência não disponibiliza opções de filtros para pesquisa de informações sobre contratos administrativos. - Tópico - 2.12. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.*

Secretaria de Controle Externo da Primeira Relatoria - TCE/MT, Cuiabá, 03 de abril de 2017.

**Valdenir Ferreira Mendes**  
**Supervisor de Auditoria**  
**Auditor Público Externo**

De acordo.

**Francisney Liberato Batista Siqueira**  
**Secretário de Controle Externo**  
**Auditor Público Externo**

